

1 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMDCA, DE 31 de janeiro de 2006,**
2 realizada na sede do CMDCA tendo seu início às 16:50, sendo presidida pelo
3 presidente do CMDCA, conselheiro Jairo Pereira Leite. Estiveram presentes os
4 conselheiros titulares: Carolina Freire de C. de Carvalho, Maria Nildes, Lincoln César
5 Moreira, Jairo Pereira Leite, Maria Ap. Mansur S. Lima, Maria Ap. C. da R. F. de A.
6 Moura, Ligia Costa Kaysel, e suplentes: Carlos Roberto de Oliveira, Marcos César
7 Gomes, Marcos Alberto Simplício, Maria Silvia Carvalho, Maria Helena Novaes
8 Rodrigues e Miriam Rocha Chrispim. A conselheira Rachel Ap. Bueno da Silva justifica
9 sua ausência por compromissos da SME e a conselheira Maria Fernanda Haddad está de
10 licença maternidade. **Pauta única: Eleição do Conselho Tutelar.** Jairo passa a palavra
11 para Ligia Kaysel que trará uma discussão quanto às decisões da comissão eleitoral do
12 conselho tutelar. Lincoln sugere que dividamos o processo em três partes: a) eleição
13 do conselho tutelar: processo eleitoral (representações), b) salário/remuneração dos
14 conselheiros e divisão dos conselhos e c) implantação dos 4 conselhos, é necessário
15 um parâmetro para o dia da posse. Jairo acha que o salário não é competência do
16 CMDCA e que devemos discutir este ponto depois, pois não é da alçada deste
17 CMDCA discutir o salário . A comissão começa se apresentando: conselheiros Ligia,
18 Carlão, Marquinhos, César, Lincoln e Nildes. Lincoln acha que devemos apresentar os
19 conselheiros que votam e todos os demais conselheiros presentes: 8 (oito)
20 conselheiros com direito a voto. Lincoln sugere que Lígia leia o que colocou no papel.
21 (anexo). Lincoln sugere que todos os conselheiros que trabalharam durante o
22 processo eleitoral devem se manifestar. Aponta que é um processo novo, que
23 Campinas é uma cidade pioneira nesta questão de forma democrática, porém tivemos
24 irregularidades (transporte, churrasco, festa) no primeiro processo (2001), mas que o
25 CMDCA não teve condições na época de aprofundar as discussões. Neste processo
26 eleitoral de 2006 ele ficou responsável de passar pelas escolas para monitoramento do
27 processo, teve oportunidade de estar em todas as escolas do processo, no dia do pleito,
28 com exceção de OSSJB. Na escola Carlos Gomes viu “peruas” transportando pessoas,
29 mas não conseguiu provas dessas pessoas (depoimentos, CIC, RG, endereço), acredita
30 que o conselho deve observar que o processo foi viciado. Diz ser favorável à
31 impugnação do pleito e que os candidatos suspeitos devem ser analisados pela Justiça.
32 César, foi membro da comissão e esteve como coordenador da escola Benedito
33 Sampaio com dra. Verônica (promotora da VIJ), teve oportunidade de constatar que
34 uma das fiscais de candidato disse que ônibus estavam levando pessoas para o local
35 de votação, conseguiu identificar dentro da escola o responsável pelo ônibus e esta
36 pessoa estava pegando o comprovante de votação que votaram e na fila estavam
37 apresentando “santinhos” e em outro momento um senhor veio procurá-lo pois estava
38 sem título de eleitor, mas que precisava votar porque precisava do comprovante senão
39 não receberia os 10 reais prometidos (César estava com presença da promotora na
40 hora do ocorrido), os motoristas deste transportes votaram na mesma escola e
41 conseguiu o RG e nome completo deles. Na véspera da eleição, César disse ter
42 ouvido ruídos de que havia movimentação para o pleito. Questiona a legitimidade
43 destas pessoas que mostraram falta de respeito para com o CMDCA e para com as
44 crianças do município. Ligia disse que já leu o que pensa. Marcos Simplício
45 complementa o que foi dito pelos colegas, e que ele estava representado o CMDCA na
46 escola Luiz Galhardo, onde alguns fiscais foram chamá-lo, sem presença do MP, van
47 estacionada menos de 30 metros das portas de entrada, comunicou a GM para que
48 pudessem ir junto e constaram o nome, rg e endereço do motorista e de algumas
49 pessoas , a GM anotou também o que foi dito pelo motorista e por um ocupante da
50 van e antes de tudo deu uma lida no que saiu no jornal em julho (a resolução) e o que

51 foi lido aos candidatos antes do pleito, o motorista mostrou-se surpreso. O motorista
52 disse que não recebeu nada por isso, fez por livre vontade e entregou ao conselheiro o
53 santinho com os mesmos nomes, segundo César, o representante do MP disse ter
54 abordado um transporte e anotou a placa e avisou que se esse veículo passasse
55 novamente seria autuado. Nildes: coordenou a escola Geny Rodrigues, não teve
56 problemas como os conselheiros anteriores, só teve notícias de que houve vans,
57 orientou aos candidatos e fiscais que fizessem suas representações junto ao CMDCA.
58 Lembrou-se da última eleição em que o CMDCA se dividiu entre manter o pleito e
59 encaminhar ao MP para decisão final, encaminha para este momento o seguinte
60 procedimento: que esta eleição seja revista para ser moralizada, questiona que cara
61 nós queremos dar a este conselho, dar cara de moralidade ou de imoralidade?
62 Carolina. coordenou a escola Aníbal de Freitas, também sem grandes atribuições,
63 sem distribuição de santinhos, com exceção dos que já se encontravam espalhados no
64 estacionamento e frente da escola na hora de sua abertura para a entrada da equipe de
65 trabalho. Refere que teve notícias de transporte de pessoas, um mesmo carro apareceu
66 quatro vezes, porém, sem conseguir informações, a representante do MP orientou aos
67 fiscais que fizessem suas denúncias junto ao CMDCA, obedecendo a resolução do
68 CMDCA. Teve um problema de uma van de transporte alternativo municipal que
69 estava realizando transporte de passageiros fora de sua rota, alguns fiscais ficaram
70 nervosos com a situação e não houve maiores confusões pois as GM entraram em
71 cena, convocando a EMDEC, que acabou por autuar o motorista que estava fora da
72 sua rota. Assim como os outros representantes dos movimentos populares, Carolina é
73 a favor da anulação do pleito, uma vez que a comissão eleitoral tem provas contra seis
74 candidatos, mas devido aos ocorridos nas escolas, acredita que deve-se anular o pleito
75 todo. Salienta que o ECA deve ser cumprido, bem como as resoluções do CMDCA, e
76 questiona os seis candidatos em questão, que se não respeitam as resoluções do
77 CMDCA que condições eles terão de defender os direitos das crianças e adolescentes
78 do município. Resgata que na quarta conferência municipal dos direitos da criança e
79 do adolescente, foi uma conquista o sufrágio universal como forma de eleição do
80 candidato ao cargo de conselheiro tutelar colocando Campinas à frente de muitos
81 municípios na implementação do conselho tutelar por meio de um processo
82 democrático como esse. Propõe assim, que o pleito seja anulado e que os seis
83 candidatos referidos sejam julgados pela justiça, pois gostaria que essa articulação que
84 houve para a eleição desses candidatos, ao invés de ter essa força no descumprimento
85 da resolução do CMDCA, fosse para articular as pessoas na cobrança de políticas
86 públicas de defesa da criança e adolescente. Marici foi coordenadora da OSSJB
87 (Externado São João), junto com representante da SME. Refere que lá também não
88 teve grandes problemas, o primeiro ocorrido foi que tinham pessoas dentro da escola
89 cumprimentando as pessoas, dando a entender que eram candidatos, os registros e as
90 declarações do MP são fortalecidos pelos coordenadores da escola. As ocorrências
91 foram semelhantes nas outras escolas, ônibus e vans não chegaram próximos à escola,
92 mas era nítido que as pessoas vieram juntas pois chegavam muitas pessoas, juntas, as
93 pessoas falavam na fila de votação e alguns nem sabiam que estavam elegendo;
94 tiveram um caso de um rapaz que queria votar e já tinha votado, mas queria o
95 comprovante porque precisava apresentá-lo. Marici refere ainda não ter um
96 posicionamento fechado. Lincoln, acha que vivemos num momento no país em que a
97 falta de ética está muito grande, as pessoas perderam a ética, a moral, fala abertamente
98 que o 1º colocado não teria 1079 votos se tivesse obedecido ao processo eleitoral, para
99 ele uma coisa é certa, essa quantidade de votos não seria possível de maneira lícita.
100 Que diversos dos votantes nem sabiam o que era conselho tutelar, o que estavam

101 fazendo lá. Que se o CMDCA tivesse tido esse posicionamento lá atrás não teríamos
102 este problema agora. Acredita que será uma tarefa difícil, uma resposta difícil de dar
103 para a população, encaminhar ao MP para um veredicto é muito mais fácil, mas temos
104 que tomar uma posição: representar essas pessoas ao MP e que essas pessoas não
105 tomem posse e que o CMDCA avalie se haverá ou não outro processo. Carlão, diz ter
106 muita insegurança falar com certeza se o caminho de impugnar todo o processo é o
107 melhor caminho. As denúncias que teve acesso têm nome, cic e rg, e que o CMDCA
108 tem responsabilidade de encaminhar a cassação e documentação necessária para o
109 MP, e que a questão de moralidade é papel do poder judiciário. Acha que não deve
110 impugnar o pleito e encaminhar a cassação dos seis candidatos o ao MP, comunicar a
111 sociedade que as denúncias foram encaminhadas à justiça para avaliação, pois se
112 anular o pleito, teríamos que rever todo o processo desde o 1º edital. Ligia, apesar de
113 ter lido o que pensa, gostaria de falar. No dia estava circulando pelas escolas, ficou na
114 escola Carlos Gomes, muitas pessoas juntas com santinhos de candidatos, e a Dra.
115 Elisa sentou-se ao lado de uma pessoa que disse que estava fazendo transporte para
116 dar uma força ao candidato de número. 4(Luiz Carlos Nascimento). Para ela, enquanto
117 conselheira, foi um absurdo o que ocorreu, mas que tem provas contra esses 5 ((n7)
118 Fernando Trevisan,; (N10) Ana Carolina Barros Lemos, (N19) José Eduardo Casagel;
119 (N13) Damaris Andrade Bortolloto e (n28) Ana Lucia Gionco)), que houve
120 irregularidades, faz coro ao Carlão e ao Lincoln à cassação dessas 6 e que essas sejam
121 encaminhadas ao MP e também todos os processos deferidos e indeferidos, mais as
122 atas das escolas do dia 22/01/2006 e mais ata do dia de hoje. Vota pela cassação e não
123 tomada de posse desses seis candidatos. Quanto a uma nova eleição, ela vota contra,
124 pois tem candidatos que gastaram dinheiro e tempo num processo limpo, e se for
125 realizar agora uma nova eleição, não devem eleições diretas também, acha que não
126 deveria ser pro sufrágio universal. César havia discutido na sua representação que a
127 resolução foi discutida com todos os candidatos antes das eleições, enquanto cidadão
128 o que mais o angustia é falar lá de Brasília, não consegue dar outro nome pro que
129 ocorreu aqui foi corrupção e não pode permitir que aqui onde está o CMDCA fique
130 desmoralizado. Jairo disse que durante o dia da eleição visitou algumas escolas e que
131 alguns ficais disseram que na escola Aníbal de Freitas teriam Vans, na OSSJB viu
132 alguns transportes e que uma pessoa daria um saco de cimento e ou uma cesta básica,
133 e acredita que ou nós conselheiros agimos com lisura ou todas as políticas para a
134 criança e adolescente estarão fragilizadas, não teremos como falar com empresários e
135 população para solicitar recursos, se nós conselheiros não cassarmos esses seis
136 candidatos, não tem razão de estarmos sentados aqui no CMDCA. Propõe o seguinte
137 encaminhamento: duas propostas de votação: primeiro: cassação dos seis candidatos:
138 (n7) Fernando Trevisan,; (4) Luiz Carlos Nascimento; (N10) Ana Carolina Barros
139 Lemos, (N19) José Eduardo Casagel; (N13) Damaris Andrade Bortolloto e (n28) Ana
140 Lucia Gionco. Posto em votação: Movimentos Populares: três votos favoráveis à
141 cassação, Entidades: três votos favoráveis à cassação, Poder Público: dois votos
142 favoráveis à cassação. Segundo: Anulação Pleito: Movimentos Populares: três votos
143 favoráveis à anulação do pleito, Maria Moura, favorável à anulação, Marici ,Jairo,
144 Miriam e Ligia contrários à anulação do pleito. Houve empate, desempatado pelo voto
145 de Minerva do presidente, que votou pela não anulação do pleito. A conselheira
146 Nildes pede licença e se retira da sala. Lincoln lembra de colocar que havia proposto
147 três encaminhamentos no início da reunião, pois devemos definir como será o
148 parâmetro para o dia da posse, Jairo e Lígia acreditam que este ponto deverá ser
149 discutido na reunião ordinária do dia 07/02/ 2006. Sem mais para tratar, Jairo fechou a
150 reunião às 18:00. Esta ata foi redigida por Carolina Freire de Carvalho de Carvalho,

151 primeira secretária, e complementada por Maria Aparecida M. S. Lima, segunda
152 secretária, em quatro laudas, totalizando 152 linhas.